

FUNCEB resgatando o passado

ADLER HOMERO DA FONSECA

“Cada pedra que aí jaz encerra a história d’um bravo que morreu”. A frase do poeta Gonçalves Dias (1823-1864) se refere aos combates travados nas trincheiras do morro das Tabocas, em Caxias (Maranhão), onde forças de patriotas do Maranhão, Piauí e Ceará derrotaram as tropas sob o comando do brigadeiro português João José da Cunha Fidié que resistiam à Independência. Se a frase se aplica a esse caso específico, não se pode dizer que as pedras de cada fortificação do País estejam cobertas de sangue, pois nem todas estiveram envolvidas em

combates. Mesmo assim, os fortes, um dos tipos de vestígios materiais do nosso passado que são mais visíveis, atraem uma grande atenção das pessoas e dos pesquisadores. Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, centenas de milhares de turistas visitam a fortaleza de Santa Cruz (Niterói) e o Forte de Copacabana/Museu do Exército, estes últimos uma atração turística que só perde em visita para outra atração, um feito de vulto, quando consideramos que esses milhares de visitantes têm à sua disposição um amplo leque de atrações turísticas na cidade.

Visitantes
ao Forte de
Copacabana



O interesse no passado militar também levou a que vários pesquisadores escrevessem sobre o assunto, desde do texto pioneiro do General Augusto Fausto de Souza, publicado em 1885, e o zelo pela história explica igualmente por que esses fortes não são somente um patrimônio cultural do Exército, mas da nação como um todo: 45 deles são tombados como monumentos nacionais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Só isso já justificaria o grande projeto da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), de fazer um inventário histórico de todas as fortificações feitas no Brasil, a ser publicado no livro “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”. Deste, já foi impresso o primeiro volume, com uma introdução sobre o tema e a história dos 124 fortes que existiram no estado do Rio de Janeiro. O segundo volume, tratando dos fortes da Bahia, Sergipe, assim como os da Região Norte, já está pronto, devendo ser publicado este ano, enquanto se aguardam recursos para viabilizar a publicação do terceiro e quarto volumes. E o trabalho, apesar de ainda não estar concluído, já levantou algumas peculiaridades de nossa história bélica que consideramos surpreendentes.



Inicialmente, o número de fortes encontrados foi espantoso – o coronel Aníbal Barreto, ao fazer seus levantamentos em 1959, no livro “Fortificações do Brasil”, ree-ditado pela Bibliex em 2011, levantou a história de trezentas obras defensivas em todo o Brasil. Por sua vez, o projeto “Muralhas de Pedra” já encontrou um número muito maior, registrando quase novecentas fortificações – são 871 até o momento, faltando ainda fazer o levantamento de estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. O projeto também se propõe a fazer o estudo das obras fortificadas, construídas ou administradas por portugueses e brasileiros fora do País, como os fortes da Guiana Francesa, ocupada por Portugal de 1809 a 1817 e do Uruguai, que teve fortificações portuguesas desde 1680 – a Colônia de Sacramento – até 1828, quando a região fazia parte do Império do Brasil, como a Província Cisplatina, tendo obtido sua Independência. Ou seja, provavelmente o estudo levará a que se ultrapasse o número de mil fortificações construídas no Brasil, o que vai muito além dos estudos feitos anteriormente.

FORTES CONSTRUÍDOS EM CADA ESTADO	
Acre	12
Alagoas	50
Amapá	14
Amazonas	17
Bahia	226
Ceará	33
Maranhão	34
Pará	50
Paraíba	56
Pernambuco	206
Piauí	4
Rio de Janeiro	124
Rio Grande do Norte	27
Roraima	5
Sergipe	13
TOTAL	871

E as obras defensivas não têm interesse apenas por si, estão relacionadas de forma indelével com a história do País: a primeira

delas, a feitoria de Américo Vespúcio, foi construída no Rio de Janeiro, sendo ao mesmo tempo o primeiro estabelecimento permanente em nosso território, erguido em 1504. No outro extremo de nossa cronologia, o último forte ativo, o de Coimbra, só foi desativado em 1998 e a última unidade de Artilharia de Costa, foi extinta oito anos depois dessa última data. Esses números falam por si: são quinhentos anos de história, as fortificações relacionadas com pontos importantes do passado do Brasil e estes não apenas os ligados a questões propriamente militares, como também marcos de nossa evolução política, tal como o incidente dos 18 do Forte, ponto inicial de um movimento buscando a modernização do País, que levaria ao surgimento do Brasil de hoje, democrático, industrializado e urbano, afastado das raízes ligadas aos grandes senhores de terras, que dominavam a política até a década de 1930. Isso, é claro, sem considerar que muitos fatos de fundamental importância para a história do País se deram em torno de ataques a fortificações, como as do longo cerco a Recife, ocupado pelos holandeses. Forças luso-brasileiras mantiveram a cidade sob assédio, de 1630 a 1635 e, depois de um interregno, de 1645 a 1654 – quatorze anos no total, um período de fundamental importância, pois se os invasores tivessem vencido, nossa história seria, necessariamente, muito diferente. Os números de fortes construídos nos contam muito mais do que isso sobre o passado do país, especialmente quando são associados a seus locais de construção e os momentos históricos em que as defesas foram feitas. Por exemplo, o Exército dá grande importância ao período das guerras holandesas, datando os primórdios da Força ao Compromisso de Honra, de 1645. Contudo, é importante notar que há dúvidas sobre o momento inicial dessa guerra: alguns historiadores apontam o início como sendo o ano de 1630, quando os batavos tomaram Recife (PE). Outros marcam o começo das hostilidades em 1624, ano em que Salvador (BA) foi ocupada. Só que essas datas não fazem justiça ao conflito que ocorreu no Brasil: já no último ano do século XVI, os holandeses tinham construído dois fortes no Xingu e que moradores de Pernambuco tinham partido ao contra-ataque,

no rio Amazonas, destruindo o forte holandês em Mariocai (Gurupá-PA) no ano de 1623, um ano antes da invasão de Salvador, ao mesmo tempo que fortificações continuaram a ser feitas, pensando em um possível retorno dos batavos, até 1663, quando finalmente foi assinado a paz entre a Holanda e Portugal – são 65 anos de guerras contínuas, com a população convivendo com o receio de uma expedição estrangeira que poderia atacá-las: um aspecto que é pouco explorado pelos pesquisadores que trabalham com as guerras holandesas.



Detalhe de mapa mostrando os fortes de Nassau e Orange, construídos pelos holandeses no Xingu em 1599.

O trabalho feito com o livro “Muralhas” permite, ainda, ampliar o conhecimento sobre as fortalezas e sua inserção no passado nacional: ao contrário da crença popular, nem todos as obras fortificadas foram feitas no período Colonial – na verdade, isso é uma visão errônea, que gera falsas expectativas e perspectivas. Por exemplo, uma revista de circulação nacional, há alguns anos atrás, fez uma pesquisa entre a população sobre o receio de uma possível internacionalização da Amazônia – 72,7% dos brasileiros entrevistados disseram temer uma ação estrangeira na Região.

E a percentagem dos que temiam essa possível intervenção chegava a 82,6% entre os militares. Apesar de um diplomata norte-americano ter classificado isso como “paranóia” brasileira, opinião seguida pela própria revista que fez a pesquisa, deve-se dizer, contudo, que isso apenas demonstra uma ignorância da história nacional.

Nesse sentido, vale dizer que a Amazônia foi disputada por holandeses, franceses e ingleses. Estes levantaram fortes nas primeiras quatro décadas do século XVII, que tiveram que ser eliminados por nossos ancestrais portugueses, para garantir a posse da região. Mais tarde, os franceses atacariam o Amapá e o Pará, em 1701, e os espanhóis construiriam posições fortificadas em Roraima, em 1775, com os problemas na região continuando no século XIX, como os incidentes com os franceses, que ocuparam um trecho do Amapá, em 1839, durante a Cabanagem. Ainda nesse momento adverso, os ingleses, em 1842, argumentando que os indígenas da Região de Roraima eram independentes e podiam ser escravizados pelos brasileiros – apesar de haver uma convivência pacífica de mais de setenta anos com eles – ocuparam uma imensa área do norte de Roraima e passaram eles mesmos a explorar a mão de obra dos nativos. Uma violação de nosso território, a única justificativa para isso sendo a maior força militar que a Inglaterra, então uma das grandes potências mundiais, podia exercer contra o Brasil. A situação só não foi pior para o Império por que os ingleses foram parados pelo

diminuto – mas eficaz – forte de São Joaquim, construído pelos portugueses em 1776.

Os norte-americanos também estiveram interessados, conforme as palavras do chefe do gabinete hidrográfico da Marinha Americana, tenente Maury, que mandaria uma expedição ao Amazonas, em 1850:

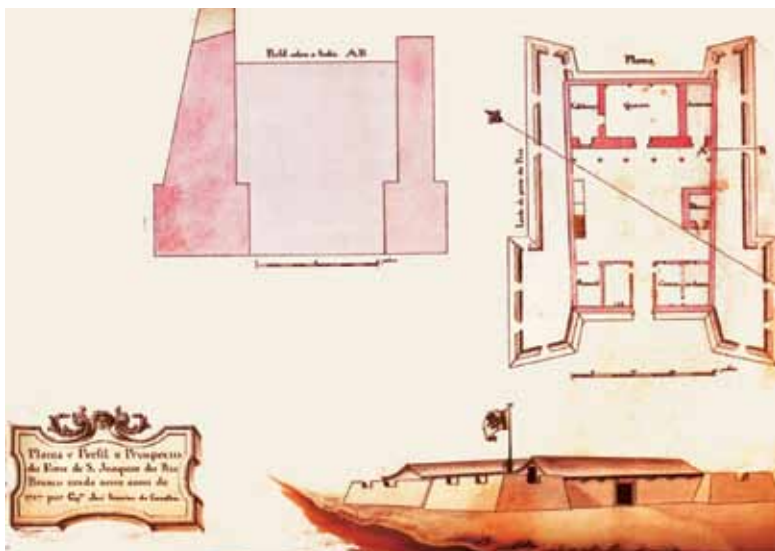
Não tenho interesse em saber qual o motivo que levou o governo a o enviar para lá. Sua viagem será o primeiro elo em uma corrente que terminará na criação de uma República Amazônica, quando o governo fizer o que estou pedindo que faça e o que pretende fazer, isto é, assegurar por tratado o direito de navegar aquele rio [o Amazonas], de forma que não se possa mais impedir os cidadãos americanos, dos estados livres ou escravocratas, de irem lá com suas mercadorias e propriedades, para revolucionar, republicanizar e transformar em anglo-saxão aquele vale.

As ambições territoriais do oficial yankee, ficando evidentes nas suas palavras, o que, na época em que seu país adotava a política do “Destino Manifesto”, ou seja, a de que os EUA estavam destinados a dominar o mundo, certamente representava um grande risco para as nações menos desenvolvidas da América do Sul.

Mesmo nossos vizinhos latino-americanos tiveram contendas que resultaram em ações defensivas: ainda na década de 1850, a pressão para a abertura do rio Amazonas para a livre navegação tinha resultado em acordos que permitiam que barcos transportassem cargas para o Peru e Bolívia o que, por sua vez, fez com que o Exército modernizasse as defesas fluviais, tendo em vista um potencial conflito. E este conflito quase eclodiria em 1863, quando os barcos Morona e Pastazza, da marinha de guerra Peruana, rompendo as normas alfandegárias brasileiras, que proibiam o transporte de mercadorias em navios de guerra, subiram à força o Amazonas, trocando tiros com o forte de Óbidos, até que os barcos foram forçados a parar e retornar a Belém.

Por causa dessas ameaças – reais e não apenas ilusões de paranóia – o governo imperial fez todo

Forte de São Joaquim do Rio Branco.





Canhão de 152,5 mm, do forte da Serra da Escama (Óbidos), construído em 1909 para fechar a passagem pelo Amazonas.

um programa de defesa para conter as ameaças estrangeiras, materializado em obras fortificadas em Belém, Santarém, Óbidos e Tabatinga. E esta não seria a última vez que a questão da defesa no Norte apareceria: entre 1899 e 1903, patriotas se levantaram contra as autoridades bolivianas que tinham cedido o controle da região do Acre a uma empresa estrangeira, o Bolivian Syndicate, empresa que tinha até o direito de ter suas próprias forças armadas, a Bolívia abrindo mão de sua soberania em favor dos norte-americanos. Nos combates que se seguiram, as sedes dos seringais foram transformadas em fortificações improvisadas por meio de trincheiras feitas com “peles” de borracha, as bolas feitas com o látex, para serem exportadas e os combates em torno dessas defesas foram de fundamental importância para decidir o destino do Acre e para barrar uma possível intervenção estrangeira na Amazônia.

Esses são alguns temas específicos sobre a Região Norte, que apenas apontam para a complexidade do assunto da história das fortificações no Brasil, que vai muito além de uma visão tradicional, ligada apenas ao passado colonial. E o estudo que está sendo feito pela FUNCEB também permite discutir algumas certezas estabelecidas – por exemplo, apesar da importância das batalhas dos Guararapes (1648-1649), nas Guerras Holandesas e do mito da

luta dos pequenos grupos de patriotas em uma guerra de guerrilhas, na verdade as fortificações regulares foram de imensa importância no conflito contra os batavos no Nordeste: a tomada do Arraial do Bom Jesus, em 1635, marcou o fim do período inicial da guerra, enquanto foi em outro ataque a uma obra defensiva, a Casa Forte de Ana Paes, em 1645, que determinou que as forças holandesas, que até então dominavam as capitânicas da Região, ficassem restritas apenas às principais cidades costeiras, elas mesmas defendidas por grandes complexos fortificados, como o de Recife.

Nesse sentido, as batalhas dos Guararapes não foram uma “virada” na guerra. Na verdade, foram uma tentativa – fracassada – das tropas holandesas de romper o cerco brasileiro, feito pelas “estâncias”, os pontos fortificados onde se concentravam as forças luso-brasileiras, um longo assédio, só decidido quando os luso-brasileiros conseguiram reunir meios suficientes para investir as fortalezas holandesas, as tomando em assaltos diretos – não em uma campanha de guerrilha, mas em ataques regulares, sistemáticos, que exigiam uma grande capacidade técnica, tática e logística. Só que essa fase da campanha militar é praticamente esquecida, tendo em vista a valorização que é feita ao patriota mal armado, que teria composto o exército rebelde, em 1645,

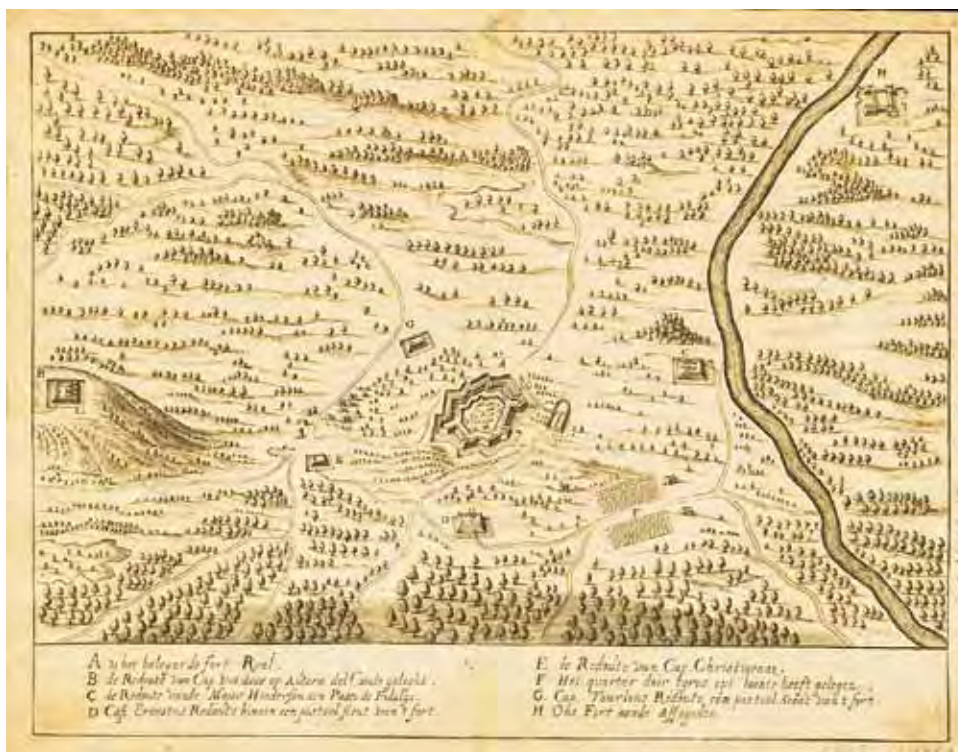
desconsiderando que esta força improvisada é representativa de apenas o momento inicial da rebelião contra os invasores – e mesmo assim, não dá conta do exército luso-brasileiro de então, pois ignora as forças de veteranos, que vinham combatendo os holandeses desde 1630.

Para encerrar essas breves notas sobre o projeto da FUNCEB, no momento, consideramos que as pesquisas apontam como mais surpreendente o fato de que o maior número de fortes construídos no Brasil não foi feito no período colonial, como é a crença universal das pessoas. Na verdade, foram construídos na transição para um país independente, na guerra de Independência.

Por razões políticas, foi interessante para o Império dar ênfase à questão da continuidade entre o governo colonial e o do Império, liderados pela mesma dinastia, a de Bragança. Daí que os livros de história tenham reduzido a importância das lutas ocorridas no País entre 1822 e 1824, criando uma imagem de que a Independência foi decidida apenas no Ipiranga, com o famoso “grito” do dia 7 de setembro. Não foi bem assim. A guerra da Independência começou quando o então príncipe Regente se recusou a obedecer a ordem de retornar a Portugal, em janeiro de 1822,

os embates se acelerando nos meses seguintes: em fevereiro, patriotas em Cachoeira (BA), tomaram um barco português que ia reprimir a população local, pró-independência, as lutas logo se espalhando pelo Recôncavo baiano. Em agosto, a Independência já estava decidida na prática, tanto é que o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco iniciaram grandes programas de fortificação voltados para impedir uma tentativa de recolonização.

Até o momento se levantou a construção de nada menos do que 153 conjuntos fortificados, erguidos entre 1822 e 1825, ano da paz com Portugal, os números sendo bem maiores quando contamos cada posição defensiva individual – só na Bahia foram 106 delas, incluindo fortes, baterias e trincheiras. Estas edificações, levantadas do Piauí ao Rio de Janeiro, mostram que para os Brasileiros de então, a Guerra da Independência não foi um “acordo de cavalheiros”, ou uma transição de “pai para filho”. As pessoas percebiam a ameaça de uma reação portuguesa como real e se mobilizaram para resistir a ela, com esforços de grande vulto: quando houve a ameaça das tropas portuguesas no Rio de Janeiro de tentar repatriar à força o regente, Dom Pedro, em janeiro de 1822, dez mil moradores se reuniram no Campo de



Arraial do Bom Jesus (Recife). Sua queda, em 1635, permitiu a expansão dos holandeses pelo interior do Nordeste.

Santana, para resistir à força europeia. O exército patriota na Bahia, que combateu por mais de um ano as tropas do brigadeiro Madeira de Melo, tinha também um efetivo de dez mil homens, reunindo forças não só da capitania, mas também do Rio de Janeiro e Pernambuco.

Os números de patriotas envolvidos nas lutas de Independência podem parecer diminutos hoje em dia, mas devemos ter em mente que a população do Brasil era bem menor então e que se contavam apenas homens brancos adultos entre os que tinham direitos: mulheres, crianças, idosos e, principalmente, escravos e libertos eram excluídos do processo político. Na Independência, houve o caso de Maria Quitéria, que lutou em uma das sete baterias na Costa de Saubará, no Recôncavo, onde ajudou a repelir dois ataques portugueses, em novembro de 1822, mostrando que as mulheres também se juntaram ao movimento de emancipação nacional, antes de conseguirem sua própria emancipação. Situação semelhante ocorreu com os batalhões de Henriques e de Libertos, negros que eram tratados como inferiores, não tendo direitos, mas que mesmo assim se juntaram em grandes números às forças que lutavam pela Independência, como uma forma de conseguir maiores direitos para seus irmãos, seguindo o exemplo de seus ancestrais, do Terço (Regimento) de Henrique Dias, que também lutaram nas fortificações de cerco à Recife contra os invasores holandeses.

Acreditamos que essa questão da guerra de Independência merece ser estudada com maior cuidado – não do ponto de vista das fortificações, pois isso está sendo feito nos livros que estão sendo publicados pela FUNCEB –, mas por causa de seu papel em nossa história e para se combater os mitos que foram criados por razões políticas: foi com o sangue de patriotas, mal armados, sem equipamento ou organização, mas muito motivados, que se conseguiu derrotar as tropas contrárias à Independência, no Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro. Essa reavaliação se torna particularmente importante, à medida que nos aproximamos do Bicentenário da Independência, em 2022.

Na verdade, o autor dessas linhas – e a FUNCEB – esperam que o levantamento dos

fortes que está sendo feito não sirva apenas para informar sobre as obras defensivas que existiram no País, mas que permitam aos pesquisadores e interessados na história que ampliem os estudos sobre a história militar do Brasil, abandonando ideias pré-concebidas, aumentando o conhecimento sobre o rico passado do País que está relacionado as ações de nossos antepassados, na defesa do território nacional.

Maria Quitéria, heroína condecorada das lutas de emancipação.

